

ATA DE REUNIÃO

Data: 26/10/2020

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de 2020, foi realizada a primeira reunião do Grupo de Trabalho Intersectorial Estadual (GTIE) da PNAISARI.

Local: ambiente virtual Zoom, sob o endereço eletrônico <https://us02web.zoom.us/j/81112356565>.

Participantes: Conforme a lista de presença em anexo.

Horário: das 9:00 às 12:00

Contexto da reunião

Realização da primeira reunião do Grupo de Trabalho Intersectorial Estadual (GTIE) da PNAISARI

1. Apresentação dos participantes

Em lista de presença anexa.

2. Discussões durante a reunião

A reunião iniciou com a mesa de abertura composta pela Superintendente da SAPV, a Coordenadora de Saúde do DEGASE e a Coordenadora Estadual do programa fazendo Justiça do CNJ, pelo Rio de Janeiro, todas ressaltando o histórico de construção da PNAISARI no estado do Rio de Janeiro e reforçando a importância da construção dessa estratégia de consolidação de um grupo intersectorial de gestão. Em seguida o Coordenador Estadual da PNAISARI na SES e a Coordenadora de Saúde do DEGASE realizaram apresentação sobre o 'estado da arte da PNAISARI' no estado do Rio de Janeiro. Após a apresentação foi feita uma rodada de apresentação dos participantes que responderam à seguinte pergunta disparadora: qual é a sua proximidade com o tema da saúde do adolescente e/ou da saúde do adolescente em conflito com a lei? O que ajudou a responder sobre as expectativas com esta política, as contribuições de cada representante do grupo na potencialização intersectorial da política de saúde e estreitou a aproximação entre a sua área e a PNAISARI.

Detalhamento das falas na reunião

Após as apresentações iniciais, Dra Juliana do TJRJ falou sobre a importância da presença de médicos em todas as unidades, inclusive especialistas em saúde mental - A Juíza ressaltou a experiência do funcionamento da unidade de semiliberdade de Caxias, mas enfatizou os problemas da assistência em saúde mental, com foco nos diagnósticos. Dra Juliana, representante do TJRJ, informa que a partir do diagnóstico levantado pelas diversos setores aqui presentes, o judiciário poderá trabalhar para garantir que os profissionais de saúde atendam no DEGASE. Christiane do DEGASE explicou que a falta dos profissionais, não somente médicos nas unidades socioeducativas, se deve aos afastamentos de 5 dos 7 médicos do DEGASE. Informou, ainda, a tramitação dos processos de contratação de funcionários, tendo sido feitas solicitações no final de 2019, além do trabalho intenso e sobrecarregado da equipe de enfermagem. Ela ressaltou que foi importante a aproximação da gestão da SES e dos municípios para tentar garantir a assistência. Ressaltou a experiência do município de Volta Redonda na disponibilização de médico para atendimento no CENSE, o quadro de saúde mental do DEGASE conta com um médico psiquiatra para

o município do RJ e uma equipe de saúde mental em cada unidade socioeducativa, prezando o acolhimento para além da contenção medicamentosa, encaminhando os casos para a rede de atenção psicossocial, como preconiza a PNAISARI e citou uma portaria do Ministério da Saúde que dispõe sobre o fluxo dos adolescentes, convidando a Adriana da Sup.Hospitalar da SES para discussão da portaria, que inclusive pode dar mais celeridade no cuidado com os adolescentes nessa rede SUS. A gravidade nos casos possibilita ou impossibilita os cuidados no DEGASE, a depender da avaliação da equipe de saúde do SUS, podendo haver risco de agravamento do quadro de saúde no retorno do adolescente ao DEGASE. Daiane, assistente social do DEGASE, comentou sobre a responsabilização conjunta de todos os entes federativos para o financiamento da política e pontuou o momento político brasileiro de retrocesso das políticas públicas e seu subfinanciamento, o que vai exigir mais criatividade nos encaminhamentos e arranjos em saúde. Marden, Coordenador Estadual da PNAISARI falou da construção de estratégias para o desafio de lacunas institucionais e de potencializar a rede SUS, por meio de ações intersetoriais, no apoio aos municípios, na construção de políticas públicas. Katia, da Coordenação de Atenção Psicossocial, falou, em resposta a fala da Dra. Juliana, que o diagnósticos e cuidados devem ser considerados a partir da equipe de saúde mental, trabalhando na perspectiva da equipe multiprofissional, oferecendo elementos aos juízes para melhor decidirem as medidas a serem aplicadas. Ressaltou ainda que as políticas públicas precisam chegar aos adolescentes para que não reincidam, sendo tema para próximas discussões. Dra Juliana, do TJRJ, ressalta que o diagnóstico chega somente a partir do médico para o poder judiciário e não de equipe multidisciplinar. Dilian, representante do COSEMS, falou da importância e do apoio prestado ao municípios para a efetivação da PNAISARI, por meio dos Planos Anuais de Saúde, que estão em construção e que no ano que vem será plurianual, momento propício para quando houver a mudança de gestão com as eleições municipais. Adriana, da Sup. Hospitalar da SES ressalta a importância do diagnóstico da rede de atenção à saúde para o sistema de garantia de direitos. Christiane, Coordenadora de Saúde do DEGASE destaca que a invisibilidade e complexidade das vulnerabilidades entre os adolescente no socioeducativo e, ainda, a construção de um melhor entendimento do desmonte da saúde pública no país e seus reflexos na assistência à saúde dos adolescentes. Daiane, assistente social do DEGASE relata que os adolescentes demandam demais medidas das políticas socioassistenciais, como os que estão sob a medida de liberdade assistida, causando interferência positiva da medida socioeducativa e na vida dos adolescentes, ampliando a necessidade de se convocar atores da rede SUAS para participar efetivamente do GTIE. Marden, Coordenador Estadual da PNAISARI, reforça que estes atores das políticas socioeducativas podem ser inseridos na Resolução que institui o GTIE, tendo em vista que o trâmite ainda não foi finalizado. Dra. Thaisa, da Defensoria Pública do ERJ encaminhará ao grupo material (relatório) sobre mapeamento do sistema socioeducativo, apresentando potencialidades e fragilidades. Christiane, Coordenadora de Saúde do DEGASE incluirá na apresentação realizada hoje pela manhã, dados atualizados das equipes de saúde do DEGASE. Marden, Coordenador Estadual da PNAISARI na SES, ressalta a importância da transparência nas relações de grupos de trabalho e de um formato de gestão que se propõe a ser colaborativo, além dos pontos aqui tratados já começarem a ser pontos de pauta para um próximo encontro do GTIE. Daiane, assistente social do DEGASE, solicita que a Juliana, da Sup. de Atenção Primária da SES levantamento dos profissionais atuantes e afastados nas unidades de saúde que são referência do sistema socioeducativo. Daiane, Assistente Social do DEGASE, reforça a preocupação

com retorno das atividades da unidade socioeducativa de semiliberdade do município de Nova Iguaçu, necessitando do auxílio da defensoria local. Por último, foram dados os seguintes informes: Katia, da Coordenação de Atenção Psicossocial convidou os participantes do GTIE para participarem do Fórum de Saúde Mental e Desinstitucionalização de Adolescentes, na próxima quinta-feira, dia 29/10, das 9:30 às 12:00. Marden, Coordenador Estadual da PNAISARI informou que a SES está construindo um curso de educação permanente para os privados de liberdade cujo primeiro módulo ocorrerá ainda este ano e reforça a importância dessa estratégia para a mudança de gestão que vem com as eleições municipais. Reforçou também que é importante que possamos discutir o tema da judicialização da saúde, no esforço intersetorial do executivo com o judiciário na construção de políticas públicas sem esgarçar a relação entre os entes federativos.

Encaminhamentos

1. Cada representante GTIE realizará um diagnóstico do atendimento aos adolescentes em seus dispositivos de responsabilidade. Dra. Thaísa apresentará o relatório informado no relato acima.
2. Discussão sobre o monitoramento da PNAISARI: apresentação da SES e do DEGASE do levantamento realizado pelo Ministério da Saúde recentemente, sobre o status de habilitação e de renovação da habilitação, por meio da entrega ao ente federativo da União, dos Plano de Ação municipais anuais.
3. Discussão sobre o monitoramento dos Planos de Contingenciamento do Covid nas unidades socioeducativas. Apresentação da SES e do DEGASE do levantamento dos municípios com planos covid e do monitoramento da internação e da semiliberdade.
4. Discussão sobre as estratégias para inserção da PNAISARI nos planos anuais de saúde municipais (PAS).
5. Foi acordado que as reuniões ocorrerão sempre às terças segundas-feiras de cada mês, no mesmo horário, das 09h00 às 12h00, sendo a próxima para o dia 16/11/2020.